

→
moral de acção vai impor-se a Mazowiecki, mostrando-lhe que se pode ser católico e pensar livremente.

O movimento *Dzis i Jutro* vai dotar-se de uma estrutura formal e, sem chegar a ser um partido político, vai acabar por concorrer às eleições legislativas. Trata-se de *Pax*, a associação dirigida por Boleslaw Piasecki, e que depressa procurará conquistar o monopólio de expressão do meio católico, em linha de ruptura acelerada com o episcopado polaco, com o seu primaz Wyszynski e com a Santa Sé. Apesar do empenhamento inicial, Mazowiecki não tarda a condenar as "Linhas de conduta" de *Pax*, por quanto este documento atribui à associação o objectivo de «servir Deus servindo a Igreja, a Nação e o socialismo». Para Mazowiecki é o espiritual quem deve comandar, inspirando não uma política cristã mas uma responsabilidade cristã na política. A sua posição no seio de *Pax* degrada-se, mas a sua colaboração mantém-se, designadamente como redactor do *Semanário Católico de Wroclaw*. O combate contra os métodos e a ideologia de Pisecki leva-o a cabo a partir de dentro; menos inequívoca é a condenação do primaz Wyszynski, que apelida a via de *Pax* de desviacionismo sociocatólico, «por Deus mas sem Deus».

A leitura dos textos do pastor germânico Dietrich Bonhoeffer incutem em Mazowiecki uma inquietação espiritual e a rejeição da moral cristã que reduz à oração a resistência ao mal. Procura recuperar uma distância crítica, assume o fim das ilusões e das ingenuidades, e conclui que *Pax* não serviu o personalismo. Consegue dotar-se de uma coragem suplementar para cortar com *Pax* e repensar, como uma autocrítica, a falta de acção perante o processo de monsenhor Kaczmarek e a detenção do primaz Wyszynski. Nos passos de Mounier, Mazowiecki impõe-se participar na esfera do político sem ser político, empenhado e descomprometido ao mesmo tempo. Em Maio de 1955 a expulsão da associação transforma-o em pária do socialismo estalinista. O silêncio que lhe é imposto assume-o como uma oportunidade espiritual de se repensar profundamente, e o novo percurso toma-o como a sua cruz, sem renunciar à convicção fundamental do diálogo para uma

sociedade mais aberta, e do estabelecimento de laços entre crentes e não-crentes.

Jerzy Zawieyski e o seu *capital de silêncio* determinam o novo compromisso político de Mazowiecki, por um catolicismo empenhado na vida dos homens. Em 1956 funda então o Círculo Emmanuel Mounier que se torna o ponto de referência central do seu empenhamento espiritual e político. A "Declaração dos escritores e militantes católicos", publicada no jornal *Zycie Warszawe* e destinada ao secretário-geral Gomulka une as várias sensibilidades de católicos e pontua a consciência da necessidade de criar uma estrutura autónoma do poder político — o *KIK*, Clube da Intelligentsia Católica. O *KIK* vai dotar-se de uma estrutura que se estende às principais cidades polacas e promove debates sobre temas sensíveis, na fronteira do espiritual e do político. A revista *Wiez* (o Laço), dirigida por Mazowiecki, vai ser o símbolo do objectivo de criar laços entre vários universos juntamente com um espaço de reflexão entre cristãos e não-cristãos, espaço que se vai mostrar essencial na consolidação da oposição ao comunismo.

Até 1970, Mazowiecki vai encontrar na Dieta uma tribuna privilegiada para a expressão da sua voz autêntica, fazendo parte do grupo parlamentar *Znak*, uma das consequências da abertura de Gomulka. Expulso nesse ano, o seu percurso vai continuar a atestar o papel de charneira na impulsão e consolidação das várias tendências de opositores ao comunismo: entre revisionistas e progressistas, radicais católicos e católicos de compromissos, entre a Igreja e o mundo do trabalho, como elemento essencial do *Solidariedade*. Foi este percurso que o tornou no primeiro chefe de governo não-comunista da Europa de Leste, em 1989.

No percurso de Tadeusz Mazowiecki o diálogo aparece como uma constante, não como um compromisso mas como um método de coexistência que postula uma incessante interacção; a busca de um lugar de reencontro dos homens e de uma nova visão do catolicismo, da imagem da Igreja e da fé: enfim, a acção que procura lançar os pontos de referência éticos e espirituais num universo ateu ou, como diria Václav Havel num discurso histórico, num ambiente moral contaminado.

Silvestre Pinheiro Ferreira — Sesquicentenário

PAULO AMORIM

Mestrando em Filosofia pela UCP

A uma distância de 150 anos da morte de Silvestre Pinheiro Ferreira, pretendo contribuir para que se lhe faça justiça, porque se trata de um português, de um pensador político, de um homem comprometido e empenhado, também, com a defesa do bem comum de um povo, e, nesse sentido, constitui uma referência obrigatória numa reflexão acerca do exercício da cidadania.

A figura do pensador português tem sido muitas vezes esquecida, e pouco estudada, como aliás chamou a atenção Joaquim de Carvalho, quer nas *Obras Completas*, quer nos manuscritos que Pinheiro Ferreira compilou e que foram editados postumamente pela Imprensa da Universidade de Coimbra, quer na correspondência inédita, num acervo que merece uma releitura. Mais remotamente alertava Lopes Praça na sua **História da Filosofia em Portugal**: «Depois de tudo isto, o que muito é para sentir-se é que entre nós as obras do Sr. Pinheiro Ferreira, principalmente sobre o *Direito das Gentes* e o *Direito Público*, não obtivessem a popularidade que mereciam, donde podiam resultar tão vantajosas e necessárias consequências. O ilustre publicista queria preparar a inteligência dos portugueses para devidamente compreender as fases porque estava passando, tal como as outras nações da Europa, a governação pública de Portugal. Os homens inteligentes deste país começam a fazer-lhe justiça, e não virá longe o dia em que se faça justiça inteira.»¹

Pinheiro Ferreira apresenta-se nos dotado de uma personalidade vasta e complexa, como pensador interessado pela Filosofia, Ciências, Direito, Econo-

¹ LOPES PRAÇA, *História da Filosofia em Portugal nas suas relações com o movimento geral da filosofia*, Coimbra, Imprensa Literária (1868).

Pensar os direitos humanos

LUC FERRY E ALAIN RENAUT

Tradução por
Mendo Castro Henriques

In "Penser les droits de l'homme" in *Esprit, Mars, 1983, pp. 70-79*

O retorno recente da ideia de direitos é um paradoxo histórico. A análise marxista, na senda do artigo *Sobre a Questão Judaica*, descreveu tradicionalmente os direitos humanos como os da pessoa interessada

em si mesma e isolada da colectividade - em resumo, como direitos de interesses particulares na sociedade burguesa e não como um modelo universal. Embora ainda significativo, o marxismo tem sido recentemente tão minado que o discurso

de Marx, supostamente "desmistificador", já não impede outras compreensões dos direitos humanos. O paradoxo surge, agora, no estabelecimento do *homem enquanto tal* como um valor; ao defender o *homem enquanto tal* contra a negação dos totalitarismos, o apelo actual aos direitos humanos pressupõe a ideia de uma natureza ou essência humana e converte esta ideia em fundamento dos valores jurídicos. Neste sentido, a referência aos direitos humanos

mia, e ainda, por questões linguísticas relacionadas com a Gramática e a Ortografia. Ingressado em 1784 no Colégio das Necessidades, Pinheiro Ferreira concluiu o Curso de Humanidades em 1791. Verificadas algumas divergências com os seus Professores, abandona o Oratório e a carreira eclesiástica. Começa a dar aulas de Filosofia em Lisboa. Em 1794 é nomeado para leccionar Filosofia Racional e Moral no Colégio das Artes da Universidade de Coimbra.

Em 1797 parte para França, refugiando-se da perseguição que sobre si recaía, por suspeição de "jacobinismo". Nesse mesmo ano foi nomeado Secretário da Embaixada Portuguesa em Paris. Em 1802, foi nomeado Oficial da Secretaria dos Negócios Estrangeiros na Corte de Berlim, permanecendo na Alemanha até 1809. Durante este período contactou com a filosofia alemã dominante na época, mormente com o kantismo, convivendo com Fichte e Schelling, a cujas conferências chegou mesmo a assistir, sem nunca, no entanto, aderir aos pressupostos idealistas.

Após as Invasões Francesas, Pinheiro Ferreira parte em 1809 para o Rio de Janeiro, juntando-se à Família Real. Permanece no Brasil doze anos, período durante o qual desempenhou variadíssimas funções, das quais são de destacar: Deputado da Junta do Comércio (1811); Professor de Filosofia da Corte (1813), cujas lições foram denominadas "Preleções Filosóficas"; Oficial de Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (1815); Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1821). Neste ano, propõe à Família Real o regresso da corte à cidade de Lisboa, a fim de proceder à elaboração e ao juramento de uma nova Constituição. Por essa altura, o seu ideal de Estado Constitucional era o de uma Monarquia representativa e limitada por um Código de Leis Fundamentais, que devia conter uma "declaração dos direitos do homem e do cidadão".

Já em Portugal, Pinheiro Ferreira ocupou o cargo de Ministro dos Estrangeiros até 1823. Missão difícil, porque, em vista do reconhecimento internacional do novo regime implementado em Portugal após o regresso do Rei a Lisboa e o juramento da Carta Constitucional de 1820, se deparou com grandes entraves nas negociações com as potências estrangeiras.

Em 1826 parte para França, abandonando a carreira política para se dedicar à especulação filosófica, sendo seguramente o seu período mais fecundo em publicações, que

versavam temas que iam da Filosofia ao Direito, passando por teorizações sobre Administração Pública e Economia Política e tradução de obras de Aristóteles.

Regressa definitivamente a Portugal em 1842, altura em que é eleito deputado pela província do Minho. De 1843 até à sua morte (1846), redige e publica variadíssimos artigos em revistas e jornais de carácter literário, político e religioso, dos quais devem ser salientados os que constam de **O Pentágono**, **A Aurora**, **A Restauração**, e o **Jornal da Sociedade Católica**.

A partir desta breve e resumida passagem pela vida do filósofo e político, uma primeira nota a reter é que estamos em presença de uma personalidade polifacetada da vida portuguesa oitocentista. Estimo que tenha ficado aguçada a curiosidade por esta figura ecuménica, cuja actividade se disseminou por áreas tão vastas como a leccionação filosófica, o desempenho de cargos públicos e políticos, o exercício da diplomacia, e, sobretudo, como espírito deveras preocupado com a complexidade da relação entre vida intelectual e vida política.

A pertinência da mensagem é ainda mais evidente num quadro de uma democracia imperfeita, cheia de vícios, injustiças, e manipulações. Estamos a viver uma democracia incompleta sempre que a democracia tem sido reduzida ao voto. Nesse papelinho descansamos a nossa consciência. Uma vez cumprido o dever, a resignação toma conta das vontades e o individualismo cómodo apodera-se das pessoas. Há que reverter esta situação.

A democracia é, hoje, um valor fundamental da vida dos povos, ou, segundo Winston Churchill, "é o pior dos regimes, mas o menos pior de todos...". Para ser melhor, é preciso dar a possibilidade a cada cidadão de intervir na vida dos organismos públicos, das associações, e dos grupos intermédios. **« Deve, por isso, estimular-se em todos a vontade de tomar parte nos empreendimentos comuns. E é de louvar o modo de agir das nações em que a maior parte participa, com verdadeira liberdade, nos assuntos públicos ».**²

É fundamental, pois, uma conversão do papel do cidadão, ou, se quisermos, uma formação para a cidadania, onde está implícito o exercício da mesma. E qualquer formação para a cidadania insere-se, naturalmente, num sistema educativo nacional, traduzindo-se numa Formação Cívica. Penso que esta é a reflexão que importa fazer por parte das entidades e de todos aqueles que se empenham numa estruturação social e política dos povos.

² Vaticano II, Constituição "Gaudium et Spes", 31, § 3